

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.565.224 - RJ (2019/0241684-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : BANCO SANTANDER BRASIL S/A  
**ADVOGADO** : FÁBIO FRASATO CAIRES - RJ176090  
**AGRAVADO** : BRUNO SOARES MARINHO  
**ADVOGADOS** : ALOIZIO PEREZ - RJ060778  
ADALTO PEREZ - RJ138982

**DECISÃO**

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto contra decisão que inadmitiu o recurso especial em virtude da incidência das Súmulas n. 7 e 83 do STJ (e-STJ fls. 191/194).

O acórdão encontra-se assim ementado (e-STJ fl. 130):

APELAÇÃO CÍVEL. Ação de Busca a Apreensão. Sentença que deixou de homologar acordo extrajudicial em razão da ausência de capacidade postulatória do réu, extinguindo o feito sem resolução do mérito, em razão da perda superveniente do objeto. Embora o acordo extrajudicial seja válido e eficaz entre as partes, suas consequências processuais são limitadas, até que se façam representar por advogado devidamente constituído, o que não ocorreu em relação ao réu. Seguindo tal linha intelectual, considerando que o acerto é válido e eficaz entre as partes, desnuda-se a situação de ausência de interesse processual a justificar a extinção do feito sem resolução do mérito, na forma do art. 485, VI.

Recurso a que se nega provimento.

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 138/147), interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da CF, o recorrente alegou, além de divergência jurisprudencial, ofensa ao art. 487, III, "b", do CPC/2015 sob o argumento de que "apresentado o instrumento de acordo válido, em que as partes são maiores e capazes e o objeto da avença é lícito, o acordo deve ser homologado e o processo extinto com resolução de mérito" (e-STJ fl. 141).

No agravo (e-STJ fls. 199/203), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Foi apresentada contraminuta (e-STJ fls. 218/220).

É o relatório.

Decido.

O Tribunal de origem negou provimento ao recurso de apelação alegando que não seria possível a homologação do acórdão extrajudicial, tendo em vista a ausência de capacidade postulatória. Confira-se (e-STJ fls. 131/133):

Em que pese o acordo extrajudicial apresentado seja válido e eficaz entre as partes, diferentemente do alegado pelo apelante, não se pode ter como vontade formalmente manifesta nos autos dirigida ao mérito da causa, uma vez que as consequências processuais são limitadas, exatamente porque o réu não veio acompanhado de advogado.

(...)

Seguindo tal linha intelectual, considerando que o acordo extrajudicial é válido e eficaz entre as partes, por óbvio que se confronta com situação de ausência de interesse

processual, a justificar a extinção do feito sem resolução do mérito, na forma do art. 485, VI.

Ressalte-se que para extinção do feito sem resolução de mérito na forma do art. 485 do CPC, não é necessário requerimento das partes, bastando o reconhecimento de ofício pelo juízo das situações arroladas em seus incisos.

Contudo, a decisão proferida pelo TJRJ encontra-se em dissonância com a jurisprudência desta Corte no sentido de ser prescindível a presença de advogado em acordos extrajudiciais realizados entre pessoas capazes, sendo possível que apenas uma das partes traga aos autos o acordo realizado para homologação. Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. FGTS. COMPLEMENTO DE CORREÇÃO MONETÁRIA. TRANSAÇÃO (ART. 7º DA LC 110/01). EFICÁCIA. SÚMULA VINCULANTE Nº 1/STF. INTERVENÇÃO DE ADVOGADO QUANDO DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL. DESNECESSIDADE.

1. Nos termos da Súmula Vinculante 01/STF, "Ofende a garantia constitucional do ato jurídico perfeito a decisão que, sem ponderar as circunstâncias do caso concreto, desconsidera a validade e a eficácia de acordo constante de termo de adesão instituído pela Lei Complementar nº 110/2001".

2. Celebrado o acordo, assiste a qualquer das partes interessadas a faculdade de requerer a sua homologação judicial, independentemente da concordância da outra parte ou de seu advogado. Exigir que os advogados de ambas as partes requeiram e concordem com essa homologação, é o mesmo que exigir que concordem com a própria transação. Se a lei dispensa a presença do advogado para o mais (que é a própria transação, com todos os efeitos dela decorrentes no âmbito da relação de direito material), não faz sentido algum exigi-la para o menos (que é o requerimento de homologação do ato, no âmbito da relação processual).

3. Recurso Especial provido.

(REsp n. 1.135.955/SP, Relator Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/4/2011, DJe 19/4/2011.)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 28,86%. VIOLAÇÃO AO ART. 535 NÃO CONFIGURADA. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ACORDO EXTRAJUDICIAL. DESNECESSIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE ADVOGADO. HOMOLOGAÇÃO PELO JUÍZO. IRRELEVÂNCIA NO CASO. TRANSAÇÃO CELEBRADA ANTES DA EDIÇÃO DA MP. 2.169/2001. FICHAS FINANCEIRAS. COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A transação, por se tratar de negócio jurídico de direito material, prescinde da presença de advogado para que seja considerada válida e eficaz. Precedente do STJ (REsp. 825.181/RS, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJe 17.11.2008).

(...)

4. Agravo Regimental dos Servidores desprovido.

(AgRg no REsp n. 1.263.715/RS, Relator Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 3/12/2015, DJe 15/12/2015.)

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. ALIMENTOS. ACORDO JUDICIAL. ADVOGADO. NÃO COMPARECIMENTO. NULIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. ALIMENTOS. FILHO MAIOR. DEVER DE ASSISTÊNCIA. SÚMULA Nº 358/STJ.

1. Acordo de alimentos celebrado na presença do magistrado e do Ministério Público, mas sem a participação do advogado do alimentante. Regularidade da transação judicial, haja vista ser a parte capaz, a transação versar sobre direitos patrimoniais e a inexistência de provas de que houve vício de vontade.

(...)

3. Recurso especial não provido.

(REsp n. 1.584.503/SP, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/4/2016, DJe 26/4/2016.)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL. PRESENÇA DE ADVOGADO. PRESCINDIBILIDADE PARA A VALIDADE DO ACORDO ENTRE AS PARTES. EXECUÇÃO. ILIQUIDEZ DO TÍTULO NÃO RECONHECIDA. INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS. POSSIBILIDADE. FRAUDE À EXECUÇÃO. RECONHECIMENTO. INVIABILIDADE DO PLEITO. VEDAÇÃO AO REEXAME DE PROVAS.

1. Não viola o art. 535 do Código de Processo Civil nem importa negativa de prestação jurisdicional o acórdão que adotou para a resolução da causa fundamentação suficiente, porém diversa da pretendida pelo recorrente, para decidir de modo integral a controvérsia posta.

2. "A transação, negócio jurídico de direito material, prescinde da presença de advogado para que seja considerada válida e eficaz" (REsp 1.248.136/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/6/2011).

3. A simples incidência de correção monetária e juros não é circunstância hábil a afastar a liquidez e certeza do título objeto da execução.

4. É inviável o provimento do recurso especial, para reconhecer eventual fraude à execução, por força do enunciado nº 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 173.289/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/08/2015, DJe 14/08/2015.)

Aplica-se ao caso a Súmula n. 568 do STJ: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema."

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo e DOU PROVIMENTO ao recurso especial, para devolver os autos ao juízo de origem, a fim de análise os demais requisitos para homologação do acordo extrajudicial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 27 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator